

"O herói depois de muitos gritos por causa do frio da água entrou na cova e se lavou inteirinho... Quando o herói saiu do banho estava loiro e de olhos azuizinhos, a água lavara o pretume dele..."

Mário de Andrade, Macunaima — o herói sem nenhum caráter

A ESTRATÉGIA DO BRANQUEAMENTO

Giralda Seyferth

Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro

O conceito biológico de raça não tem instrumentalidade para as ciências sociais. Mas um fato concreto remete os cientistas sociais a essa questão: na maioria das sociedades humanas, a palavra raça evoca classificações de ordem física utilizadas para marcar diferenças de ordem social. Vale dizer, o significado biológico de raça é deformado por concepções errôneas acerca da hereditariedade. Estas, por sua vez, levam à classificação e hierarquização de grupos e pessoas socialmente definidos segundo critérios subjetivos que nada têm a ver com o fenômeno raça propriamente dito.

Assim, o que é apenas diferente torna-se desigual. E a crença subjetiva na inferioridade biológica e cultural de certas raças desqualifica socialmente aquelas que são identificadas por características presumidamente "inferiores". A noção de raça torna-se ambígua, transformando-se em símbolo de diferenciação de grupos na sociedade — características raciais adquirem função de signo de uma condição social inferior. Dois desses signos são particularmente enfatizados pelo povo: a cor da pele e o sangue, tomados como metáforas da hereditariedade. Ao lado disso, há nas sociedades multirraciais uma visão reducionista segundo a qual a raça determina a cultura (e, por extensão, a civilização). As raças humanas são uma realidade demonstrada, em especial pela genética e pela antropologia física. Não é, contudo, a existência de diferenças físicas entre indivíduos e grupos de uma mesma sociedade que deu origem ao que se convencionou chamar racismo, mas o significado social atribuído a essas diferenças e utilizado de modo subjetivo pelos homens.

O principal dogma do racismo afirma a desigualdade das raças humanas, expressa em termos de inferioridade e superioridade. Como doutrina, supõe que as características culturais e psicológicas dependem da raça: uma determinação biologicamente dada através de padrões morfológicos que permitem distinguir as "raças puras". Antes de assumir esse caráter doutrinário — portanto, ideológico —, o racismo conseguiu foros de doutrina científica no século XIX, em trabalhos como os de Knox, Gobineau e Spencer. Posteriormente, de modo mais radical, assumiu a forma do "darwinismo social" e de sua variante francesa, a "antropossociologia". Estas duas correntes de pensamento racista levaram às últimas consequências o argumento da "sobrevivência dos mais aptos" e justificaram sem pudor a dominação imperialista sobre as raças classificadas como inferiores (isto é, as não brancas). Dotado de suposta base científica, o racismo contribuiu para conferir à ciência o poder de ditar práticas políticas e sociais.

Embora suas bases científicas se tenham mostrado frágeis desde o seu surgimento no âmbito acadêmico, o racismo foi capaz de se firmar como ideologia. Sob a roupagem de ciência, chegou ao Brasil no final do século XIX. Aqui, porém, acima da "ciência das raças", pairava uma realidade ambígua: boa parte da população do país era constituída de mestiços. Assimilar esse fato perturbador, mesmo com o falso "rigor científico" do racismo acadêmico europeu e norteamericano, exigiu a articulação de um discurso ideológico que inverteu o argumento da pureza das raças: os autores brasilei-

ros concluíram que se poderia chegar à "raça pura" (branca) através da miscigenação seletiva. Esse erro gerou, no plano acadêmico e na sociedade brasileira contemporânea, o mito do branqueamento da raça e sua contrapartida, a democracia racial.

A doutrina do branqueamento revela a preocupação dos cientistas com os variados graus de mestiçagem e seus possíveis efeitos sobre a formação do povo brasileiro. Ao mesmo tempo, paradoxalmente, vê na mestiçagem a solução para o problema racial. A crença na inferioridade genética das raças não brancas e na sua incapacidade de ascender à civilização foi contrabalançada por uma crença na seleção natural e social, que, através da mestiçagem, conduziria a um povo branco (pelo menos na aparência) num futuro próximo. Transgredindo os mais fortes dogmas do racismo, esses cientistas acreditaram que se chegaria à raça pura pela diversidade da miscigenação. A tese implicava a possibilidade da eliminação dos caracteres negros dos mestiços após algumas gerações, e o progressivo desaparecimento da população negra. O mestiço aparece portanto, ao mesmo tempo, como o problema e a solução. O mito da democracia racial, por sua vez, nada mais é que a outra face da moeda: ao aceitar a mestiçagem, o Brasil, democraticamente e a um só tempo, "resolveu" o problema racial e "eliminou" o preconceito, promovendo a harmonia entre as três raças formadoras da nacionalidade. Como observa Roberto da Matta (1981), "essa fábula (das três raças) hoje tem a força e o estatuto de uma ideologia dominante: um sistema totalizado de idéias que interpenetra a maioria dos domínios explicativos da cultura".

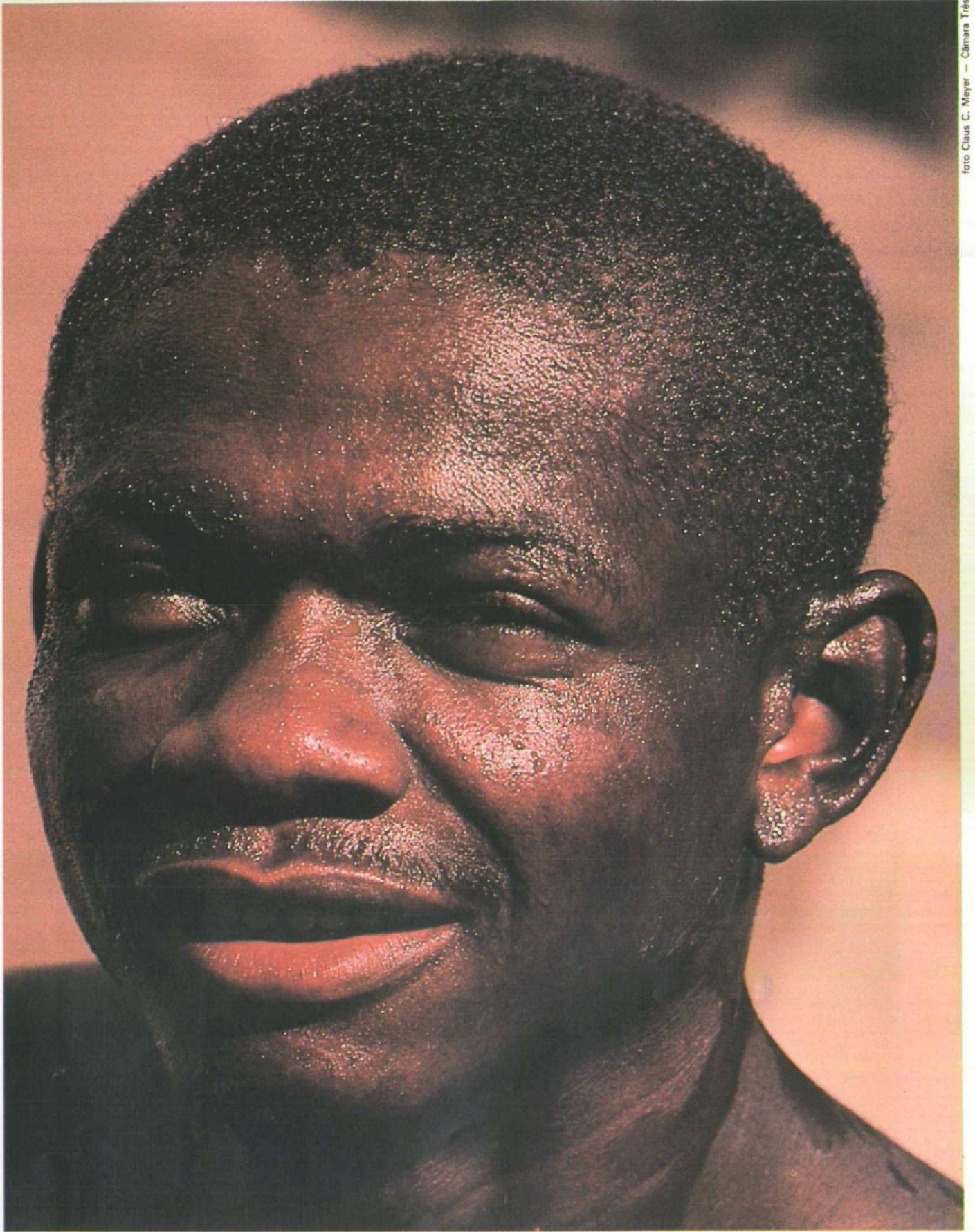


Foto Claus C. Meyer - Câmara Três



O racismo, entretanto, não é só uma ideologia criada por uma falsa ciência das raças. Ele existe de fato na sociedade, ainda que pouco aparente, na medida em que esta se compõe de grupos não só diferentes étnica e racialmente, mas também desiguais. A desigualdade evidencia-se na articulação entre raça e estrutura social, e pode ser demonstrada, no caso das chamadas "populações de cor", a partir dos dados dos censos demográficos e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (estudo anualmente realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), bem como do texto de Oliveira, Porcaro e Araújo Costa sobre o lugar do negro na força de trabalho (1983).

Essa desigualdade social de base racial existe a despeito do ideário da democracia racial e de duas das suas premissas básicas: a ausência de preconceito e discriminação e a possibilidade de ascensão social para todos, independentemente da raça. Na prática, a cor da pele é um indicador de classe e de *status* a partir do qual se exerce a discriminação e se evoca o preconceito. É o

sinal mais eficaz da condição de raça, porque é também a base da maioria das classificações raciais, tendo originado as categorias mais gerais — branca, amarela, negra — e uma gama de categorias intermediárias que, no Brasil, inclui os mestiços. No imaginário popular, reforçado aqui pela ideologia do branqueamento, a cor da pele é a característica determinante da raça. Ao lado disso, temos uma simbologia associada às cores branca e negra que reforça os estereótipos raciais: o branco é sinônimo de pureza e virtude enquanto o negro é associado ao mal, à impureza, ao diabo. A cor aparece portanto como o signo mais visível, marca racial e estigma social. Seu único equivalente na simbologia popular é o mito do sangue, considerado veículo por excelência da hereditariedade. O valor simbólico da cor da pele e do sangue se traduz, na prática social, no modo como dois ditos populares expressam os pressupostos básicos da doutrina do branqueamento: "escapar da cor" e "purificar o sangue".

Não há categoria mais marcada por traços negativos e pejorativos que a do negro,

símbolo de sujeição e de inferioridade; nem mais ambígua que a do mulato, verdadeiro axioma da ideologia, uma vez que superou os percalços da cor e "escapou de ser negro". As categorias raciais são, pois, carregadas de valor e significado social, e a confusão entre hereditariedade e cultura está quase sempre na base das classificações mais comuns. A cor predomina nas categorizações porque é sinônimo vulgar de raça, e entre as antíteses — branca e negra — interpõem-se mais de uma centena de "categorias" intermediárias que, de norte a sul do Brasil, identificam os mestiços.

A noção de raça tem relevância, portanto, na medida em que é usada para separar, na sociedade, as chamadas "minorias". Como critério de diferenciação de grupos (étnicos), porém, nunca é unívoca. As minorias, sejam elas raciais, nacionais ou étnicas, são definidas por critérios tanto de exclusão como de inclusão, e estes comportam elementos que estabelecem uma especificidade cultural (simbólica ou não), racial, ambas ou até outras. Os critérios exclusivos refletem a limitação da participação dos membros da minoria na vida social. Os critérios inclusivos refletem o sentido de pertinência dos membros da minoria a seu grupo. Com frequência, as doutrinas de tipo racista têm sido usadas com propósitos de exclusão. Não obstante, apesar da conotação negativa das identificações raciais, sempre reafirmadas pelo racismo, alguns grupos minoritários transformaram a raça numa identidade avaliada positivamente.

Se as ciências sociais não têm por objeto a raça em si, como conceito biológico, um de seus campos de estudo é o das relações raciais, com ênfase no preconceito e na discriminação, suas causas e conseqüências. Ao estudar essas relações, contudo, o cientista social não pode prescindir do conceito de raça, científico ou popular, por carregado que esteja de preconceitos. O trabalho dos cientistas que tratam desse tema não pode parar apenas porque seu objeto corre o risco de ser apropriado e transformado num subproduto ideológico.



SUGESTÕES PARA LEITURA

- AZEVEDO T., *Democracia racial: ideologia e realidade*. Petrópolis, Vozes, 1975.
 BANTON M., *A idéia de raça*. Lisboa, Edições 70, 1979.
 COMAS J. et alii, *Raça e ciência*. São Paulo, Perspectiva, 1970.
 DA MATTA R., *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Petrópolis, Vozes, 1981.
 OLIVEIRA L.E.G., PORCARO R.M. e COSTA T.C.N.A., *O lugar do negro na força de trabalho*. Rio de Janeiro, IBGE, 1983.